

## PLATAFORMA PORTUGUESA EU ACUSO

### PROJECTO

No decurso da Presidência Portuguesa da União Europeia, foram assumidos pela Europa e, como tal, por Portugal, vários compromissos. Um dos compromissos traduziu-se na realização da aguardada Cimeira Europa-África, que teve lugar a 8 e 9 de Dezembro em Lisboa. Nesta cimeira foram estabelecidos dois instrumentos vitais para a realização de uma verdadeira parceria entre os dois continentes – a Parceria Estratégia Conjunta entre Europa e África e respectivo Plano de Acção.

Durante a Presidência Portuguesa da UE, a Plataforma Portuguesa das ONGD trabalhou com várias organizações da sociedade civil com vista a um envolvimento activo nos debates e à construção de redes informais de colaboração, que definam a questão da construção de uma nova relação com África como um compromisso transversal a diversos sectores da sociedade civil portuguesa. Como primeiro passo, realizou-se um Fórum Europa-África de Sociedade Civil onde foram assumidos também vários compromissos para o futuro, constantes da Declaração Política do Fórum da Sociedade Civil Euro-Africana.

É assim, relativamente a estes compromissos – assumidos pelos Estados e também pela Sociedade Civil – que foi identificada a necessidade de manutenção e aprofundamento do espaço de trabalho que se vem construindo e que conta com a participação e o envolvimento de várias Organizações da Sociedade Civil (OSC), que vão além das ONGD, na sequência da colaboração iniciada aquando do Projecto das ONGD para a Presidência Portuguesa da UE.

Tal facto, sem precedentes em projectos desta natureza em Portugal, vem trazer uma indiscutível mais-valia às actividades deste grupo de trabalho, conferindo uma legitimidade mais genuína, uma visão mais alargada, mas também maior responsabilidade, procurando fazer face ao défice de participação democrática e, em torno de questões concretas, motivar um maior envolvimento cívico dos cidadãos em geral e uma cultura de maior exigência também em relação aos decisores políticos.

Uma vez que o projecto em curso pretende realmente analisar, em profundidade, os compromissos e as implicações e aplicações práticas dos mesmos, não faria sentido construir um projecto centrado nas OSC. Um projecto desta natureza, inovador em termos da sociedade portuguesa, precisa de construir cumplicidades, dispostas a correr riscos, para romper tabus



**Coordenação da Plataforma Portuguesa EU ACUSO**

Rua da Madalena, 91 - 2º Esq. - 1100-319 Lisboa - Portugal - Telef.: 351 21 887 22 39 - Fax: 351 21 887 22 41 - E-Mail: [info@dialogoeuropafrica.org](mailto:info@dialogoeuropafrica.org)

de forma e conteúdo e exige um envolvimento de todos os actores da sociedade, com transparência, rigor e responsabilidade. Não faria sentido as OSC diagnosticarem unilateralmente défices no que toca ao cumprimento dos compromissos do governo, parlamento e media e se ficarem “apenas” por uma autoavaliação das OSC. Em coerência, o projecto e as próprias OSC precisam que também os decisores políticos e os media contribuam activamente para o processo, fazendo o seu diagnóstico das falhas das OSC no cumprimento do seu papel e dos seus compromissos. Será este diagnóstico e processo crítico mútuos que poderão representar uma forma e conteúdo qualitativamente novos, no caminho de uma verdadeira co-responsabilização, *Inter partes*, que permita retirar ilações e emitir recomendações com vista a uma concretização mais rigorosa dos compromissos assumidos tanto pelos Estados como pelas OSC.

## ACTIVIDADES

### Acusações

Num contexto de análise da (in)coerência das políticas e decisões políticas ou falta delas com os compromissos assumidos no contexto da Presidência (respeitantes à Paz e Segurança, Governação e Direitos Humanos, Comércio e Integração Regional e Questões-chave do Desenvolvimento / ODM), os Parceiros deste Projecto propõem que as OSC, o governo, o parlamento e os media elaborem textos que elogiem o cumprimento ou denunciem o incumprimento do governo e dos actores não estatais, em jeito de petição inicial judicial, a ser publicado, permitindo uma sensibilização paulatina do público sobre estas questões, tornando-o mais atento e exigente nestas temáticas perante os decisores políticos e também as OSC.

### Workshops descentralizados

Com a finalidade de levar as temáticas das publicações a um público mais específico e mais técnico, e aprofundá-las, estas serão replicadas em workshops descentralizados pelo País, organizados pelos vários parceiros em coligação.

### Exposição mediática

Os parceiros aproveitarão eventos organizados por eles e com exposição mediática, para expor as questões inerentes a este projecto.



**Coordenação da Plataforma Portuguesa EU ACUSO**

Rua da Madalena, 91 - 2º Esq. – 1100-319 Lisboa - Portugal – Telef.: 351 21 887 22 39 - Fax: 351 21 887 22 41 - E-Mail: info@dialogoeuropafrica.org

### **Lobby**

Cada vez que for oportuno, serão dirigidas acções de Lobby directo ao Primeiro Ministro, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, aos Deputados da Assembleia da República, entre outros, conforme os casos.

### **Trabalho com os media**

Os media serão sensibilizados em datas específicas, promovendo o seu envolvimento nesta temática e também a sua responsabilização. Serão utilizados vários suportes, incluindo um pequeno vídeo para televisão.

### **Envolvimento da sociedade civil**

A sociedade civil não organizada será chamada a participar nas actividades do projecto não só como espectador mas como interveniente, tomando a si o poder de influência sobre os decisores políticos.

### **Centro de recursos**

Base digital de dados que centralizará a referência dos recursos dos parceiros deste projecto. Desde contactos, publicações, experiências e boas práticas, etc., depois de inventariadas, serão colocadas numa base de dados comum, num website com a designação da campanha ([www.euacuso.com.pt](http://www.euacuso.com.pt)), que incluirá também conteúdos de informação.

### **Tribunal**

Com base nas “acusações” proceder-se-á ao julgamento simulado, simbólico e público dos visados (Governo, Assembleia da República, Media e Organizações da Sociedade Civil) podendo resultar em condenação ou absolvição dos visados. A finalidade é tornar o mais mediático possível o cumprimento ou não cumprimento, conforme o caso, dos compromissos assumidos no âmbito da Presidência Portuguesa da UE. Esta sessão decorrerá no 1º aniversário da Cimeira Europa-África, a 9 de Dezembro, na Sala 1 da Fundação Calouste Gulbenkian.

Mais informações sobre o projecto em [www.euacuso.com.pt](http://www.euacuso.com.pt)



**Coordenação da Plataforma Portuguesa EU ACUSO**

Rua da Madalena, 91 - 2º Esq. - 1100-319 Lisboa - Portugal - Telef.: 351 21 887 22 39 - Fax: 351 21 887 22 41 - E-Mail: [info@dialogoeuropafrica.org](mailto:info@dialogoeuropafrica.org)

## PARCEIROS

Este Grupo de Trabalho conta com a participação das seguintes entidades:

**Amnistia Internacional (AI)**

**Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP)**

**Associação Portuguesa de Consultores Sêniores (APCS)**

**Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)**

**Conselho Nacional de Juventude (CNJ)**

**Conselho Português para os Refugiados (CPR)**

**Engenho e Obra, Associação para o Desenvolvimento e Cooperação (E&O)**

**Graal**

**Inde – Intercooperação e Desenvolvimento**

**Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal (PERCIP)**

**Plataforma Portuguesa das ONGD**

**Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM)**

**União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)**

A **Amnistia Internacional (AI)** é uma organização mundial de defesa dos direitos humanos, cuja missão consiste na investigação e acção focada em prevenir e pôr fim aos abusos graves desses direitos. A visão da AI é a de um mundo em que cada pessoa desfruta de todos os direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos DH e noutros padrões internacionais de DH. A AI recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1977 e a AI Portugal o Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República, em 2006. A AI tem dois milhões e duzentos mil membros e apoiantes a nível internacional, tendo dez mil associados em Portugal. Mais informações em [www.amnistia-internacional.pt](http://www.amnistia-internacional.pt)

Constituída no início da década de 90, a **Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP)** define como objectivo da sua intervenção contribuir para um desenvolvimento mais equitativo e solidário, através da construção de laços de cooperação e de reforço mútuo entre associações não governamentais, em particular dos países de língua oficial portuguesa. No trabalho de sensibilização da opinião pública portuguesa sobre a Cooperação e o Desenvolvimento tem procurado divulgar experiências positivas do trabalho daquelas associações, aliando preocupações éticas e estéticas. A ACEP é uma associação sem fins lucrativos, com os estatutos de ONGD e de Utilidade Pública. Mais informações em [www.acep.pt](http://www.acep.pt)

A **Associação Portuguesa de Consultores Sêniores (APCS)** é uma associação sem fins lucrativos, classificada como ONGD (Organização não governamental para o desenvolvimento), que tem como objecto a prestação de assistência especializada, técnica ou administrativa, a pessoas ou entidades,



**Coordenação da Plataforma Portuguesa EU ACUSO**

Rua da Madalena, 91 - 2º Esq. – 1100-319 Lisboa - Portugal – Telef.: 351 21 887 22 39 - Fax: 351 21 887 22 41 - E-Mail: [info@dialogoeuropafrica.org](mailto:info@dialogoeuropafrica.org)

públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, através de quadros seniores seus associados, dispostos a oferecer os seus conhecimentos e experiência profissional sem remuneração de base e sem qualquer espírito de concorrência com outras associações ou gabinetes de consultores. Isto significa, pois, uma intervenção e/ou ajuda, baseada em “know-how” técnico especializado, levada a cabo por quadros altamente qualificados, associados da APCS, e cobrindo múltiplas áreas técnicas, desde a Agricultura, a Arquitectura, a Economia, a Engenharia, o Ensino, até aos Recursos Humanos, etc.

O **Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)** foi registado no notário em Novembro de 1997. O CEAUP tem como objectivos prioritários, a investigação científica e aplicada; a cooperação científica e pedagógica com universidades e centros africanos, especialmente com os Países Africanos de Expressão Portuguesa; formação superior avançada; promoção do desenvolvimento. É, desde 1999, uma Unidade de I&D financiada pela FCT e, desde 2008, ONGD. Mais informações e publicações em [www.africanos.eu/ceaup](http://www.africanos.eu/ceaup)

O **Conselho Nacional de Juventude (CNJ)**, criado em 1985, com estatuto jurídico aprovado pela Assembleia da República, através da Lei 1/2006, é a Plataforma representativa das organizações de juventude de âmbito nacional, abrangendo as mais diversas expressões do associativismo juvenil (culturais, ambientais, escutistas, partidárias, estudantis, sindicalistas e confessionais). Tendo como áreas de trabalho: Ambiente e Qualidade de Vida; Associativismo e Participação Juvenil; Educação; Emprego e Assuntos Sociais; Relações Internacionais e Cooperação, o CNJ trabalha em prol dos interesses de todos os jovens portugueses, sendo reconhecido pelo Estado enquanto parceiro em matéria de políticas de juventude. Mais informações em [www.cnj.pt](http://www.cnj.pt)

O **Conselho Português para os Refugiados (CPR)** foi criado a 20 de Setembro de 1991 com o objectivo de defender e promover o Direito de Asilo. É a única organização não governamental para o desenvolvimento, em Portugal, a trabalhar exclusivamente com todos aqueles que, fugindo de perseguições motivadas por questões raciais, religiosas, étnicas, filiação em grupos sociais, opiniões políticas, conflitos armados e graves violações dos Direitos Humanos, chegam ao nosso país em busca de protecção, liberdade e segurança. O CPR foi distinguido pela Assembleia da República, em 12 de Dezembro de 2000, com o Prémio “Direitos Humanos 2000”. Mais informações em [www.cpr.pt](http://www.cpr.pt)

O **Graal** é um movimento internacional de mulheres empenhadas na transformação do mundo numa comunidade global de justiça e paz. Começou em Portugal em 1957 e foi reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 1985. Nos 50 anos de experiência tem promovido Projectos que procuram a conscientização. Exemplos: igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, trabalho com imigrantes, e cooperação com países de África. Participam 80 mulheres. Mais informações em [www.graal.org.pt](http://www.graal.org.pt)

A **INDE – Intercooperação e Desenvolvimento** tem como objectivo contribuir para que as pessoas, as comunidades, e as instituições e/ou as associações que estas pessoas e comunidades constituem possam reforçar as capacidades de decidir do seu modo de vida, possam garantir condições materiais de



**Coordenação da Plataforma Portuguesa EU ACUSO**

Rua da Madalena, 91 - 2º Esq. – 1100-319 Lisboa - Portugal – Telef.: 351 21 887 22 39 - Fax: 351 21 887 22 41 - E-Mail: [info@dialogoeuropafrica.org](mailto:info@dialogoeuropafrica.org)

uma vida com dignidade, que lhe sejam garantidos os direitos fundamentais à democracia, à educação, à cultura, à influência nas transformações sociais, enfim, à participação nas diferentes esferas de actividade e no exercício de uma cidadania activa. Mais informações em [www.inde.pt](http://www.inde.pt)

**A Engenho e Obra, Associação para o Desenvolvimento e Cooperação (E&O)** tem como objectivo conceber e executar projectos para promover a autonomia das populações, a nível do que pode ser considerado como engenharia global (incluindo a formação) para países do Sul e, em particular os países de língua portuguesa, na base da cooperação e desenvolvimento. As Áreas prioritárias de Intervenção da E&O são pois a Engenharia e Formação e Cidadania. Mais informações em [www.engenhoeobra.org](http://www.engenhoeobra.org)

**A Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal (PERCIP)**, constitui um projecto gerado no seio do movimento associativo migrante, centrado na necessidade de emergência de um espaço de concertação e tomada de posições sobre questões centrais de integração das comunidades de imigrantes em Portugal. Neste quadro, o papel fulcral da PERCIP é contribuir para o reforço do movimento associativo em Portugal tendo já aderido à organização 46 associações. Mais informações em [www.aimigrantes.org](http://www.aimigrantes.org)

**A Plataforma Portuguesa das ONGD** foi constituída a 23 de Março de 1985, integrando actualmente 56 ONGD – Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento. Fruto de heterogeneidade dos seus membros, a Plataforma pretende ser um elo de ligação entre as ONGD, a sociedade civil, os órgãos de soberania e outras instituições, como o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e a Confederação Europeia das ONGD de Emergência e Desenvolvimento (CONCORD) com vista a potenciar as suas acções num mundo cada vez mais globalizado e carenciado de solidariedade. Mais informações em [www.plataformaongd.pt](http://www.plataformaongd.pt)

**A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM)** é uma organização não governamental que congrega diversas associações de direitos das mulheres e tem como principal objectivo constituir-se enquanto instrumento organizacional que potencie a intervenção cívica no domínio da defesa e garantia dos direitos das mulheres e da realização da igualdade de género. Mais informações em [www.plataformadasmulheres.org.pt](http://www.plataformadasmulheres.org.pt)

**A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)** é uma associação intermunicipal de carácter internacional sem fins lucrativos. Fundada em 1985, desenvolve actividade em 4 áreas (Cooperação para o Desenvolvimento/ Formação e Infraestruturas, Saneamento e Ambiente; Educação para o Desenvolvimento; Migrações; e Património e Cultura) com 26 cidades de Língua Portuguesa em 4 continentes. A UCCLA fundou em 1999 a ONGD URB-África. Mais informações em [www.uccla.pt](http://www.uccla.pt)



**Coordenação da Plataforma Portuguesa EU ACUSO**

Rua da Madalena, 91 - 2º Esq. - 1100-319 Lisboa - Portugal - Telef.: 351 21 887 22 39 - Fax: 351 21 887 22 41 - E-Mail: [info@dialogoeuropafrica.org](mailto:info@dialogoeuropafrica.org)